

FINANÇAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO.

Maria Valesca Damásio de C. Silva

Faculdade de Ciências Contábeis - UFBA

Hermes Oliveira Gomes

Faculdade de Ciências Contábeis - UFBA

Magno Oliveira Ramos

Faculdade de Ciências Contábeis - UFBA

Larissa Maiara Vieira dos Santos

Faculdade de Ciências Contábeis - UFBA

Resumo

As últimas décadas o Brasil tem atravessado uma conjuntura de transformações capitais nas áreas econômica, política e social, e quadro persistente de elevação da dívida pública. Considerada um avanço no plano normativo, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, que define normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal bem como diversos limites para a Dívida Pública Federal veio imprimir valores consagrados na gestão pública como transparência e responsabilização do gestor público. Sobre o endividamento, os estudiosos se dividem acerca das suas percepções: alguns entendem que o endividamento pode trazer investimentos para a sociedade, outros entendem que este comportamento gera um desequilíbrio nas contas orçamentárias fazendo com que os bens públicos sucumbam paulatinamente, e as taxas de juros sejam estratosféricas. Assim, o presente artigo tem como finalidade apresentar um panorama sucinto sobre as finanças públicas brasileiras e seus sinais de endividamento presentes nos últimos quarenta anos sem aprofundar as características econômicas marcadas por cada período, mas levantando pontos marcantes do desenvolvimento econômico da Nação e sua interface com as finanças públicas. Metodologicamente, o estudo é descritivo, pois visa descrever o comportamento da dívida pública, e tem um caráter quali-quantitativo com análise de dados numéricos expressivos do “desenrolar” da história brasileira. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica com base em periódicos, normativos institucionais, legais e teóricos da área recorrendo a teóricos como Santos (2003), Bacelar (2004), Pereira (2004) e Filho (2009). Para a análise de dados, recorreu-se ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, Banco Central, e CMV. Constatou-se que nos séculos XX e início do XXI, o país apresentou um cenário diversificado no comportamento das suas finanças públicas, sobretudo no que diz respeito ao endividamento e as privatizações.

Palavras chave: Finanças Públicas. Contas Públicas. Endividamento Público.

1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que Finanças públicas é um ramo da ciência econômica que objetiva estudar os gastos do setor público e do modo pelos quais estes são financiados. Nesse sentido estudos, teorias e modelos são desenvolvidos na tentativa de explicar a evolução da participação do Estado na economia, os modos como ele realiza essa intervenção, suas fontes e origens das receitas públicas e como elas evoluem. A existência das falhas de mercado que tornam necessária a presença do governo, funções do governo, da tributação e do gasto público é um dos mais importantes focos das finanças públicas. Constitui-se um campo de conhecimento que trata da estrutura das receitas e despesas públicas, as modalidades de financiamento, os tipos de encargos financeiros, as transferências e as operações oficiais de crédito, e por fim, as relações de dívida pública. Em última análise, a intervenção do governo sob a égide das finanças públicas procura garantir os direitos básicos da população, a partir de uma gestão pública eficiente.

O Brasil tem atravessado um cenário de transformações notáveis nas áreas econômicas, política e social. A urgência de adaptar-se diante de tais mudanças tem sinalizado desajustes na forma de gerir a *Res Pública* pondo em *cheque* a propensão do Estado em desempenhar suas funções e atender as necessidades públicas. Em 2000, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal houve a obrigatoriedade da definição de metas fiscais anuais para os três exercícios seguintes; mecanismo de compensação para despesas de caráter permanente (o governo não poderá criar uma despesa continuada por prazo superior a dois anos sem mediar uma fonte de receita ou uma redução de outra despesa) e o mecanismo para controle das finanças públicas em anos de eleição (a Lei impede a contratação de operadores de crédito por antecipação de receita e proíbe o aumento das despesas com pessoal nos 180 dias que antecedem o final do mandato).

Diante desse sucinto contexto, o presente ensaio tem como objetivo apresentar um panorama breve sobre as finanças públicas brasileiras e seus sinais de endividamento presentes nos últimos quarenta anos. É importante salientar que, por se tratar de um tema amplo e complexo, tendo em vista que o objetivo do ensaio é trazer algumas reflexões sobre as finanças públicas relacionadas ao Estado brasileiro, foge da proposta do ensaio aprofundar as características econômicas marcadas por cada período, mas serão levantados pontos marcantes do desenvolvimento econômico da Nação e sua interface com as finanças públicas.

O ensaio está estruturado da seguinte forma: apresentação do tema de estudo, um breve retrato das finanças públicas no Brasil e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A intervenção do governo na economia fundamenta-se na existência de falhas de mercado e na teoria do bem-estar, assim como na necessidade do governo obter tributos e efetuar gastos, oferecendo à sociedade como um todo, bens e serviços, tais quais, saúde, educação, segurança, lazer, justiça, saneamento básico, entre outros. Todavia, há fenômenos que impedem que a economia alcance o ótimo de Pareto, ou estado de bem estar social através do livre mercado, sem interferência do governo; são as falhas de mercado.

Alguns estudiosos, como o economista Vilfredo Pareto, que segundo os historiadores do pensamento econômico, foi o criador da nova economia do bem-estar (1848-1923), traz a

possibilidade de uma auto-regulamentação de mercado, em que através da teoria chamada “Pareto eficiente” e “ótimo de Pareto” o mercado se auto regula fazendo com que os empresários atinjam seus índices de satisfação de mercado, sem que isso venha prejudicar outros atores deste livre mercado.

Por outro lado, para Giambiagi (2007), esta é uma visão idealista de sistema de mercado, pois, na realidade, existem algumas circunstâncias conhecidas como “falhas de mercado”, que impedem, por conseguinte, a “situação ótima” definida por Pareto. Neste sentido, o papel do governo na regência harmônica destas variâncias recorrentes no mercado é estratégico. Para o autor, o governo surge, então, como um fato natural da evolução humana, como personalidade responsável pela condução e regência das relações entre os atores sociais.

2.1 FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL

Este estudo faz uma discussão dos últimos quarenta anos das finanças públicas brasileiras, no qual conferiu-se grandes mudanças de cenário, assim como os atores envolvidos nesse processo de transformação entre as políticas e governos adotados. Nos idos de 1970, o Brasil estava imerso em um modelo planejador e interventor. Exatamente sobre essa postura do Estado, Kerstenetzky, Baer e Villela (1973) colocam que:

A atual preponderância do Estado na economia brasileira não é o resultado de um esquema cuidadosamente concebido. Decorre, em grande parte, de numerosas circunstâncias que, em sua maioria, forçaram o governo a intervir de maneira crescente no sistema econômico do país (KERSTENETZKY, BAER E VILLELA, 1973, p.883).

Mesmo antes dos anos de 1930, algumas ações ocorreram com o intuito de mitigar problemas do subdesenvolvimento econômico brasileiro que assolara nessa época. Para Santos (2007),

No campo mais profissional da administração e da economia, esse é um período de um profundo processo de mudança de método e ação, que se inicia, em 1930, com a instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Os sistemas monetário e fiscal ganham um novo caráter institucional e instrumental com a criação do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e, sobretudo, com a Reforma Tributária que leva a um aumento extraordinário da produtividade fiscal (SANTOS, 2007, p. 195).

Mas, só a partir de 1930 que ações mais concretas começaram a ocorrer no fomento a um desenvolvimentismo econômico. Em verdade, foi em 1930 que deflagrou a implantação de um sistema novo de governo, o Estado intervencionista. Foi neste período que o governo deu um dos primeiros passos para assumir a responsabilidade, anteriormente dada aos estados, na política de formação de preços do principal produto da época que era o “café”. Entre outros, na década de 30 foi importante à construção do Código das Águas, que conferia ao governo

poderes de tarifação e a carteira de crédito, disponibilizada pelo Banco do Brasil, para fomentar o desenvolvimento econômico.

O período de 1940 até os idos de 1970, houve o que muitos teóricos consideram como o período marcado pela formação e solidificação de setores produtivos estatais. Neste período entendia-se que através da industrialização e estatização destas empresas o país estaria mais seguro e protegido de possíveis colapsos do mercado em períodos vulneráveis, como também seria uma forma de demonstrar soberania nacional. *Ad litteram*, o governo assumiu assim setores estratégicos que demandavam altos investimentos e índice de retorno a curtos e em longo prazo. No entanto, no decorrer do tempo o governo sentiu no seu orçamento que estas iniciativas voltadas para estatização das empresas começaram a onerar os cofres públicos, fazendo com que o Estado contraísse altos índices de endividamento e retraças das receitas. Mas nesse ínterim, é imprescindível destacar a edição da Lei 4.320/64 que traz o orçamento público expresso por meio de programas e o planejamento é, definitivamente, tomado como método de ação da administração pública. Enfim, desse momento em diante, segundo Santos (2007, p. 196) o Estado brasileiro se constitui, em definitivo, no principal capitalista: produzindo mercadorias e serviços, intermediando as relações financeiras e, principalmente, arbitrando as proporcionalidades de ganhos do capital e do trabalho. Sobre esse período “mal sucedido”, Santos (2007) acrescenta que foi:

[...] um momento em que não se estava certo de nada: nem que essas mudanças de ordem administrativa e econômica, associadas ao autoritarismo político do Governo militar, possibilitariam ao Brasil entrar no último momento (denominado de “milagre” econômico) da longa e mais auspiciosa fase de toda a experiência republicana – de 1930 a 1979 –, e nem que a ditadura militar duraria tanto – duas décadas (SANTOS, 2007, p. 196).

Em meio a experiências mal sucedidas do processo de estatização da indústria brasileira, foi a partir de 1978 que se iniciou os primeiros passos para a discussão e aprofundamento para adoção de controles mais eficazes que garantissem o equilíbrio do orçamento público através de ações financeiras regulatórias em meio ao cenário de crise.

Brevi manu, essa situação exigiu profundas mudanças, principalmente no que se refere à finalidade do papel do Governo e da Administração Pública *per se*. Entre estas mudanças destaca-se a privatização de empresas estatais, abertura do mercado à empresas estrangeiras, desregulamentação de órgãos e instituições públicas, entre outras medidas. Estava-se diante de um diagnóstico de que a economia estagnou depois do mais longo ciclo de expansão capitalista no segundo pós-guerra, por um suposto excesso de regulamentação. O neoliberalismo que foi a tônica desse período se pôs a abrir as economias nacionais ao mercado internacional, privatizar patrimônio público e diminuir o tamanho do Estado. Mas, partir de 1990 é que efetivamente ocorreu uma maior abertura da economia brasileira, com ênfase às práticas neoliberais de desregulamentação e privatizações.

Os idos de 1990 pautaram-se na tentativa de construção e reconstrução da capacidade administrativa e institucional do país, intensificando as mudanças na estrutura da máquina pública. O país estava diante da reforma do aparelho do Estado, encetada em 1996, promovendo, passo a passo, algumas mudanças nas características essencialmente burocráticas que estiveram presentes no serviço público brasileiro durante todo o século XX. Só a partir do

final desse século, é que o tipo de administração gerencial passou a ser adotada com vistas a tornar mais eficiente o funcionamento da coisa pública.

Por um lado, com a Reforma, objetivava-se dar maior vigor ao papel do Núcleo Estratégico do Estado e, por outro, para atender ao cidadão brasileiro da melhor maneira possível, cultivando, no contexto das decisões, a igualdade e a inclusão social, buscava-se descentralizar política e administrativamente a gestão do serviço público.

No governo de Fernando Henrique, já no século XXI, mudanças no cenário público podem ser notadas. No entanto, Barcelar (2003) traz algumas questões que contradizem essa visão:

No governo Fernando Henrique Cardoso, pode-se dizer que no Brasil havia duas tendências importantes. A primeira traduzia-se na opção central por uma inserção no mundo, que se poderia chamar de inserção submissa, mas que os economistas do governo chamavam de “integração competitiva”. Era a opção de integrar, competitivamente, o Brasil neste ambiente mundial. Como, na verdade, tratava-se de uma integração comandada pelo mercado, podemos denominá-la submissa. E o Estado brasileiro, que tinha uma política industrial explícita, deixou de fazê-lo. O mercado deve decidir o que fica e o que não fica. (BARCELAR, 2003, p. 6)

Então, essa gestão promoveu impactos na filosofia das políticas implementadas. Uma de suas principais intervenções foi nas questões das finanças públicas, na tentativa de alcançar um maior equilíbrio fiscal e inflacionário, assim como a redução da dívida pública. No entanto, estas ações não tiveram tanto êxito como se esperava. Mais uma vez, Bacelar (2003) aponta fragilidades e desafios vencidos dessas ações.

A outra tendência importante que estava por trás das políticas públicas era a financeirização das riquezas. Se não a considerarmos, não conseguiremos entender, por exemplo, a privatização no Brasil. Porque o governo dizia: privatizaremos para conseguir receita patrimonial e reduzir nossa dívida. Mas as contas do governo informavam seu endividamento. O que ele fez, de fato, foi exatamente o contrário. Vendeu as estatais e de tudo o que já vendeu obteve apenas algo em torno de 9 bilhões de dólares. Só conseguiu, de receita patrimonial, vinte por cento. Oitenta por cento foram moeda podre. E aí pergunta-se: a dívida do governo diminuiu? Não! A dívida cresceu. A trajetória da dívida mobiliária é de 55 bilhões de dólares com Sarney, 12 bilhões com o calote de Zélia, 36 bilhões com Marcílio. Quando Fernando Henrique assume o Ministério da Fazenda, a dívida é de 40 bilhões de dólares, alcançando, já em setembro, 98 bilhões. Somente FHC, como ministro, aumentou em 150% o valor da dívida mobiliária do governo (BARCELAR, 2003, p. 6-7).

Neste sentido, as dívidas públicas tiveram um aumento singular em função, especialmente das privatizações; os bens públicos foram sucumbindo paulatinamente, ao passo que o governo

aumentava as taxas de juros com o intuito de atrair capital estrangeiro, além de emitir volumosos títulos da dívida pública no mercado. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, Dívida Pública Federal:

A Dívida Pública Federal (DPF) é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do Governo Federal, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei. (STN, 2016, p. 1).

Não obstante, no governo Lula as privatizações das empresas públicas, também se acentuaram de forma mais específica no campo das estradas e rodovias federais, continuando a alimentar a dívida pública. Alguns estudiosos entendem que as privatizações parecem ter permitido que o governo, livre de investir em empresas, pudesse gastar com outras áreas, como os programas sociais. A grosso modo, a política econômica do governo Lula teve dois momentos. Um entre (2003-2006), marcado pelo aprofundamento da agenda neoliberal, dando a essas políticas um caráter conservador e de continuidade às políticas de FHC. E o segundo momento, entre os anos de (2007-2010), marcado por uma intervenção mais presente do Estado na economia, recuperando sua capacidade de investimento, além de canalizar os investimentos privados no sentido de transformar a infraestrutura básica do país, bem como a canalização de políticas sociais e habitacionais para a população mais pobre.

Na gestão seguinte, do Governo Dilma, buscou-se uma maior solidez do sistema financeiro brasileiro, integrando políticas macroeconômicas comprometidas com a estabilidade. Neste sentido, percebe-se que o País estava empenhado em manter a inflação sob controle e executar políticas econômicas equilibradas, e para isso, o governo estabeleceu sistemas de metas para a inflação e de câmbio flutuante, a acumulação de reservas internacionais, um sistema de supervisão eficiente por parte das autoridades governamentais e a prática de uma política fiscal responsável. Já a segunda gestão, que se iniciou em 2016, veio passando por uma grande descontento por parte da oposição, além de outras acusações de envolvimento em corrupção de seus aliados políticos, e por fim a denúncia das pedaladas fiscais. Fatos esses que culminaram no afastamento da Presidente para responder ao processo de *impeachment*. Nesse sentido, Silva (2016) assevera que:

O País vive uma crise sem precedentes, com queda da economia e queda do grupo político no poder central. A queda do nível de atividade econômica continua e a consequência é nefasta sobre as receitas públicas de todos os níveis da Federação, sendo todos parceiros nas arrecadações mais dinâmicas, sobre a geração de renda e venda de bens e serviços. (SILVA, 2016, p. 1)

Todavia, o endividamento público parece não ser a causa preponderante desta crise. Nesse exato sentido, Filho (2009) ressalta no prefácio do livro “Dívida Pública: Experiência Brasileira” que:

O endividamento público é um instrumento apropriado para financiar o investimento público na construção de ativos de elevado custo e longa

duração, como uma hidrelétrica, um porto ou uma estrada. Nesse caso, o endividamento público permite distribuir equitativamente entre os contribuintes do presente e do futuro o custeio e os riscos da construção de ativos que vão gerar benefícios e rendimentos supostamente superiores ao seu custo por um longo período para várias gerações de contribuintes. (FILHO, 2009, Prefácio)

4 METODOLOGIA

Essa escrita traz os principais pontos no recorte temporal com o intuito de discutir com brevidade o cenário político-econômico particularmente no que tange as finanças públicas.

Metodologicamente, o estudo é descritivo, pois visa descrever o comportamento da dívida pública, e tem um caráter quali-quantitativo com análise de dados numéricos expressivos do “desenrolar” da história brasileira. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica com base em periódicos, normativos institucionais, legais e teóricos da área recorrendo a teóricos como Santos (2003), Bacelar (2004), Pereira (2004), Filho (2009) dentre outros. A base de dados se deu com consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, Banco Central, e CMV.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Nota-se que o país no século XX e início de Século XXI tem trazido um cenário bastante eclético no comportamento das suas finanças públicas, sobretudo no que diz respeito ao endividamento e as privatizações.

Um marco fundamental no aspecto institucional da administração da dívida pública brasileira foi no ano de 1986, com a adoção de medidas profundas visando a um maior controle fiscal, como a extinção da Conta Movimento – utilizada para o suprimento dos desequilíbrios de fundos do Banco do Brasil pelo Banco Central. Houve a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, com o intuito de centralizar o controle dos gastos públicos e, especialmente, a viabilizar seu controle mais efetivo.

Em 1990, advogando uma política liberalizante, o presidente retomava as iniciativas das linhas de crédito ao país. Assim, o Brasil iniciava novas negociações com a comunidade financeira internacional visando à regularização da situação creditícia do país.

Com o advento do Plano Real em 1994 e sua “âncora” via taxa de câmbio, era condição que houvesse influxo de capitais para o Brasil. A partir daí começa uma nova fase de endividamento externo do país baseada na captação de recursos externos por meio da emissão de títulos no mercado internacional. Diante dessa novidade, Brasil escolhe a melhor combinação de prazos e custos possíveis e ainda qual o mercado em que deseja fazer a captação.

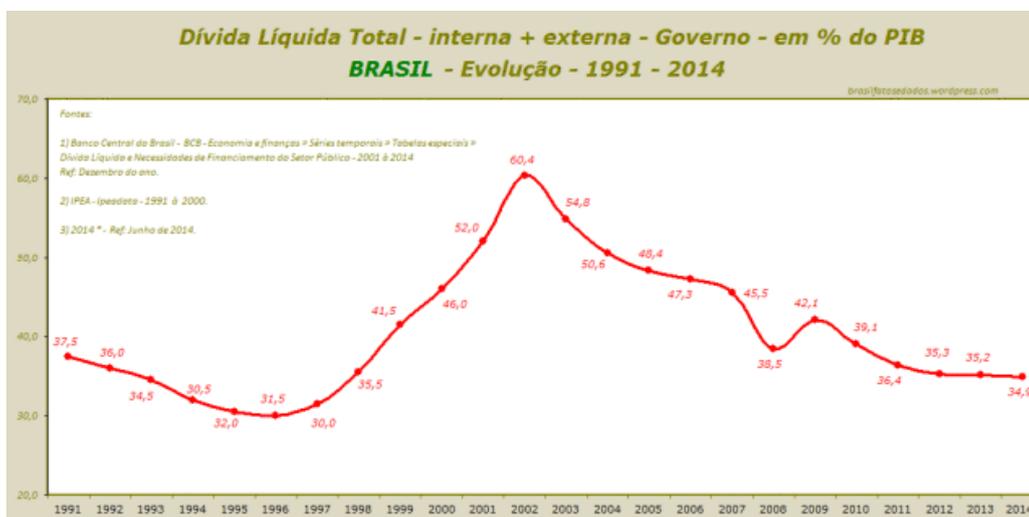
Com a redução expressiva da necessidade de financiamento externo pela redução da dívida e o forte influxo de dólares de 2006 em diante o país deixa de necessitar das emissões externas como fonte de financiamento. No ano seguinte, em 2007, iniciou-se o programa de recompra dos títulos da dívida externa.

Na última década, o Brasil vem trazendo um cenário de dívida externa reduzida e diluída ao longo do tempo, com pontos líquidos e apresentando risco cambial bastante baixo, se comparado com o início dos anos 2000. *Idest*, um dos gargalos de política econômica

enfrentado pelo Brasil ao longo dos últimos quarenta anos tornou-se uma questão cuja administração é absolutamente confortável.

A tabela 1 mostra a evolução da Dívida líquida total em % do Produto Interno Bruto- PIB.

Tabela 1 – Dívida líquida total



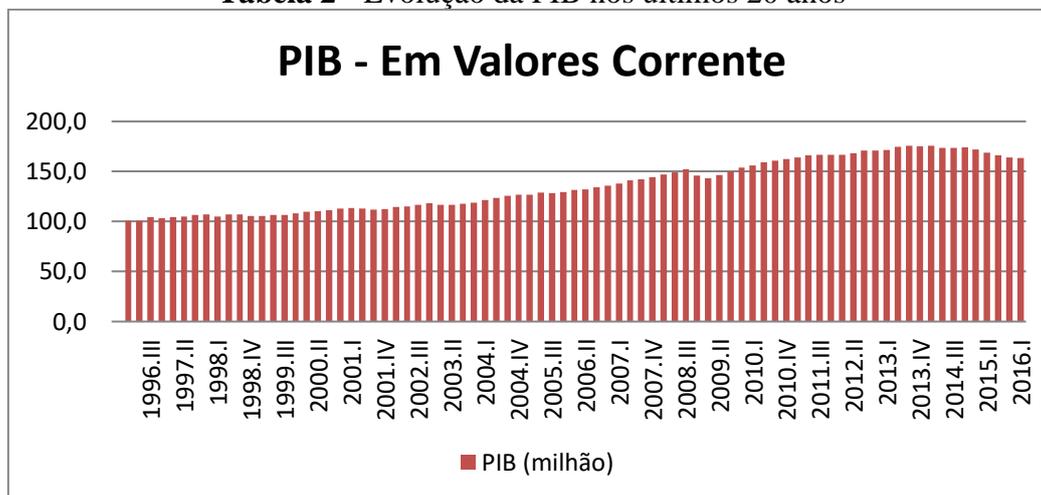
Fonte: STN, 2016.

Marcada por avanços e retrocessos ao longo do tempo, a história da dívida pública no Brasil, ponto importante do estudo das finanças públicas, traz um quadro cuja composição da dívida apresentou sensíveis variações, refletindo as diversas conjunturas econômicas experimentadas pelo país.

O Produto interno bruto que representa em síntese a soma das riquezas do País, também, diante do cenário apresentado de endividamento público e caminhos trilhados nas políticas

adotadas, apresentou um comportamento com poucas variações, com tendência a estabilidade. Tais riquezas acumulam em valores totais conforme a tabela 2:

Tabela 2 - Evolução da PIB nos últimos 20 anos



Fonte: Elaboração própria com base em informações do Tesouro Nacional, Acesso em 04 de ago. 2016.

Nota-se que o Produto Interno Bruto do País, vem desde 1996 em sentido crescente, tendo uma queda em meados de 2008, por conta da crise financeira internacional, votando a crescer até 2013, e depois uma acentuada queda a partir do 4º trimestre de 2013 até dias atuais. Isso chama atenção, pois com o aumento do endividamento público, em contraposto a franca queda da produção de capital do país, pode trazer dificuldades de arrecadação de tributos para custear a máquina pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pontos mais importantes na gestão pública deve ser a canalização para o atendimento das necessidades públicas. Para tanto, rigorosos esforços precisam ser empreendidos para garantir que os gastos públicos sejam feitos para efetivamente atender aquelas necessidades. Entretanto, é preciso considerar que o endividamento público pode não ser um sinal negativo para a economia do país. A dívida pública permite que os compradores de títulos públicos poupem sua renda agora e transfiram para o futuro um poder de consumo ampliado pelos rendimentos positivos do investimento, de forma mais segura. Gerando resultados sociais positivos para todos, canalizada para financiar o investimento público produtivo, a dívida pública pode funcionar tanto como um mecanismo de equidade intergeracional quanto como um sistema de baixo risco de transferência intertemporal de consumo.

Nos séculos XX e início do XXI, o país apresentou um cenário diversificado no comportamento das suas finanças públicas, sobretudo no que diz respeito ao endividamento e as privatizações. Notou-se que estas últimas deram a tônica do Governo FHC e primeira gestão do governo Lula, com o intuito de trazer maior qualidade dos serviços públicos para a coletividade, e por outro lado, entendia-se que esses recursos poderiam ser direcionados para programas sociais. O fato é que as finanças públicas sempre fizeram parte da pauta das grandes e mais calorosas discussões da academia e da arena pública. Considerada mais um avanço no plano normativo, no ano de 2000, a LRF, que define normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal bem como diversos limites para a Dívida Pública Federal veio imprimir valores consagrados na gestão pública como transparência e responsabilização do gestor público. Destaca-se adicionalmente que o endividamento, quando submetido à boa gestão, pode significar a garantia de equilíbrio na esfera de investimentos e de produção de serviços públicos e, acima disso, controle na criação e ampliação tributária e cortes repentinos de gastos, haja vista que as receitas e despesas públicas, por melhor sujeição à um orçamento bem construído, passam por ciclos e sofrem choques (sobretudo, em caso de despesas emergenciais e surgimento de projetos com retorno de médio e longo prazos). Portanto, é possível entender que a eficiência e zelo pelo crédito público pode ser um passaporte momentâneo para a consolidação do sistema financeiro, estabilização econômica diante de crises e crescimento do produto de um país.

REFERÊNCIAS

ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Campus, 2007.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**.

Disponível em:

<<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILLELA, Aníbal V. **As modificações do papel do estado na economia brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 883-912, dez. 1973. Disponível em: <

<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/213/147>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FILHO, Murilo Portugal. Prefácio. Carvalho, Otavio Ladeira de Medeiros (organizadores).

Dívida Pública: a experiência brasileira / Anderson Caputo Silva, Lena Oliveira de – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009.

FLEM. **A gestão pública: desafios e perspectivas**. Salvador: FLEM, 2001. 112 p. (Cadernos FLEM, 1). Disponível em:

<<http://www.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFLEM1-VersaoCompleta.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

PEREIRA, J. M. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). **A administração política como campo do Conhecimento**. Editora Hucitec – Edições Mandacaru: São Paulo-Salvador, 2004.

SILVA, Vera Martins. **Finanças Públicas: Criatividade Destrutiva de um Governo**. Disponível em: <<http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/bif428-3-6.pdf>>. Acesso em: 08 ago. de 2016.